

# MONOCULTURA CANAVIEIRA E PRODUÇÃO LOCAL DE ALIMENTOS EM PRADÓPOLIS-SP: PROJETO DE ASSENTAMENTO COMO POSSIBILIDADE DE DIVERSIFICAÇÃO<sup>1</sup>

*Guilherme Cyrino Carvalho<sup>2</sup>*

*Zildo Gallo<sup>3</sup>*

*Oriowaldo Queda<sup>4</sup>*

*Pedro Ramos<sup>5</sup>*

**Resumo:** Pelas suas características históricas e estruturais, a agroindústria canavieira impõe seu domínio sobre a paisagem rural e subordina os interesses coletivos nos municípios onde se encontram instaladas suas unidades produtoras – as usinas. Essa situação expõe a população local a uma situação de insegurança, na medida em que diminuem a possibilidade de atividades econômicas e empregos que gerem rendas desvinculadas da atividade da usina, ao mesmo tempo em que dificultam a produção local e o acesso aos alimentos. Para que se construam possibilidades que conjuguem criação de renda, com a produção local de alimentos e com a melhoria na diversidade de produção rural, é necessária a participação efetiva dos três entes federativos (União, Estado e Município) na elaboração de políticas públicas que minorem os impactos negativos da monocultura canavieira. É nessa linha que os Projetos de Assentamento de

---

<sup>1</sup>Artigo baseado na dissertação de mestrado "A agroindústria canavieira em municípios de pequeno porte: o caso de Pradópolis-SP", de Guilherme Cyrino Carvalho, sob a orientação do Prof. Dr. Zildo Gallo.

<sup>2</sup>Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara – UNIARA.

<sup>3</sup>Prof. Dr. do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA.

<sup>4</sup>Prof. Dr. do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA.

<sup>5</sup>Prof. Dr. do Instituto de Economia da UNICAMP – Campinas/SP.

Reforma Agrária apresentam a potencialidade de figurar como alternativa viável para a produção diversificada de alimentos em municípios subordinados à agroindústria canavieira.

**Palavras-chave:** Agroindústria Canavieira; Monocultura Canavieira; Segurança Alimentar; Projeto de Assentamento.

**Abstract:** *For its historical and structural features, the sugarcane agribusiness has imposed its dominance over the countryside and has subordinated the collective interests in the municipalities where their producing units are installed – the plants. This situation exposes the local population to a situation of insecurity, insofar as it reduces the possibility of economic activities and jobs that generate income which is not related to the activities of the plant, hindering local production and access to food. In order to build possibilities that combine income creation with local food production and with the improvement in the diversity of rural production, the effective participation of the three federal entities (Union, State and Municipality) in public policy-making is necessary to lessen the negative impacts of sugarcane monoculture. In this line, Agrarian Reform Settlement Projects have the potential to appear as a viable alternative to diversified food production in municipalities subject to the sugarcane agro-industry.*

**Keywords:** *Sugarcane Industry; Sugarcane Monoculture; Food Security; Settlement Project.*

## **Introdução**

A cultura da cana de açúcar caracteriza-se por ser uma monocultura extensiva, que tem o crescimento de sua produção baseado mais na expansão das áreas plantadas do que no possível aumento do rendimento por área. Essa cultura é semiperene e suas unidades de transformação (as usinas<sup>6</sup>) se encontram, via de regra, instaladas na mesma localidade dos plantios, dificultando a reversão de sua expansão (SZMRECSÁNYI, 2007), influenciando diretamente no desenvolvimento do local onde se fixam.

---

<sup>6</sup>Toma-se por definição de usina: "(...) estabelecimentos agroindustriais verticalmente integrados que hoje conhecemos, possuidores de vastas extensões de terras para a produção da maior parte de sua matéria-prima" (QUEDA, SZMRECSÁNYI, 1996).

Essa marcante característica do subsetor é observada desde os tempos em que a cana foi introduzida em território brasileiro pelos portugueses no início do processo de colonização, sendo que a atividade canavieira foi decisiva na conformação das características civilizatórias encontradas no Brasil, mantendo suas configurações estruturais intactas durante o decorrer dos séculos (RAMOS, 1999), numa demonstração inequívoca do poder político que as elites canavieiras sempre gozaram<sup>7</sup>.

Ao contrário de outras atividades econômicas, prevaleceu no caso da agroindústria canavieira, o fato de que as mudanças tecnológicas modificaram relativamente seu sistema produtivo e suas relações sociais e econômicas, porém não transformaram as estruturas<sup>8</sup> que marcam historicamente esse subsetor, ou mais exatamente: "As inovações açucareiras vão renovando-se sem jamais destruir totalmente as organizações ou as estruturas que existem desde o seu aparecimento" (BYE et al, 1993, p.37).

Mesmo sem resultar em relevantes mudanças estruturais, os anos 1990 representaram uma nova fase na economia brasileira, marcada pela abertura econômica e pela desestatização. No âmbito do subsetor canavieiro, se verificou o início de um processo de desregulamentação, de concentração de capital e também da produção em pequeno número de empresas de grande porte.

Com o início das vendas de automóveis equipados com motores flexíveis (movidos a etanol e/ou gasolina), em 2003, e o conseqüente aumento da demanda,

---

<sup>7</sup>A forma como se constituiu a sociedade brasileira, seus contornos, as marcas de sua evolução histórica, são partes do conjunto de suas atuais características, conforme destacado por Chui: "Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, ou aquilo que alguns estudiosos designam como "cultura senhorial", a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. (...). A divisão social das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação, e que, imaginariamente, estruturam a sociedade sob o signo da nação una e indivisa, sobreposta como um manto protetor que recobre as divisões reais que a constituem." (CHAUÍ, 2000, p. 89).

<sup>8</sup>"A inovação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas. Esse problema alimenta discussões de toda espécie – acerca de influências, responsabilidades e julgamentos, sobre realidades presentes e prioridades futuras." (SAID, 1995, p. 33).

o etanol se tornou um produto atrativo para o capital, sendo observado a partir desse ano um grande esforço de grupos empresariais nacionais e internacionais<sup>9</sup> na busca pelo controle da produção e comercialização do produto, não se reconhecendo nenhuma barreira que impeça – ou prejudique – as corporações de atingirem esses objetivos, sejam essas barreiras as econômicas, as políticas, as ideológicas ou as institucionais (CARVALHO, 2007).

### **A agroindústria canavieira e a região de Ribeirão Preto**

Pradópolis é um município paulista, localizado na mesorregião de Ribeirão Preto, Região Noroeste do Estado de São Paulo, região que concentra a agricultura de maior valor comercial do Estado, sobretudo dos complexos agroindustriais da cana-de-açúcar e da laranja. (JÚLIO et al, 2006).

A partir da década de 1870, a região de Ribeirão Preto tornou-se um local de instalação de grandes fazendas de café, servindo como alternativa para os produtores da época que deixaram as terras do Vale do Paraíba, esgotadas pela intensa exploração do solo, rumo à nova fronteira aberta graças aos esforços de divulgação das características positivas das terras da região para o plantio do café, empreendidas principalmente pelo agrônomo Luís Pereira Barreto e por Martinico Prado. (WALKER, BARBOSA, 2002).

Após três décadas de prosperidade, o final dos anos 1920 foram marcados pelo declínio da economia do café, num conjunto de fatores dos quais se destacam a superprodução e a crise econômica de 1929. Se por um lado esse fato abalou a economia da região, por outro possibilitou o crescimento de outras atividades que se desenvolviam à sombra do café e que, com sua derrocada, puderam progredir, fazendo com que a região superasse de maneira satisfatória o baque da economia cafeeira, diversificando a agricultura e a atividade industrial, com destaque para a atividade canavieira. (ELIAS, 2003).

Ainda em meados do século XX, as transformações resultantes da modernização da agropecuária fizeram com que a atividade econômica da região

---

<sup>9</sup>"São cada vez mais raras as empresas que se apresentam como tendo passado de pai para filho desde décadas atrás. Desaparecem, dando lugar a conglomerados de anônimos acionistas, cuja sobrevivência pode também ser curta, arruinados pela volatilidade das condições financeiras do país, pela competição errática ou por uma reformulação de políticas específicas que redefinem os termos dos contratos e dos compromissos, ainda que sem ferir vetustas normas jurídicas. Descontada a ênfase estilística, é esta a dinâmica biografia do Brasil contemporâneo" (SANTOS, 2006).

se reorganizasse, de tal modo que atingiu alto grau de especialização na produção de poucas culturas, resultando em maior rentabilidade financeira e maior integração com as modernas agroindústrias<sup>10</sup>. Dentre os impactos da nova configuração, destaca-se a substituição da tradicional cultura de alimentos, verificada em todas as cidades da região, o que foi fundamental para atrelar a atividade agrícola às necessidades da agroindústria (ELIAS, 2003).

No início da década de 1970 ainda era possível observar alguma diversificação na produção agropecuária na região quando se levava em conta a área plantada: milho (28,5%); cana-de-açúcar (21%); arroz (13,5%); e algodão (11%). A situação se modificou consideravelmente uma década depois, sendo que a área plantada passa a ser ocupada pelas culturas destinadas ao abastecimento de matéria-prima da agroindústria: cana-de-açúcar (33%); soja (20%); cítricos (14,5%); café (10%) (ELIAS, 2003).

As políticas do PROÁLCOOL, a partir de meados da década de 1970, reorganizaram a produção agropecuária na região. Apesar de se observar um crescimento na produção de cana-de-açúcar em todo o País, com destaque para o Estado de São Paulo, é na região de Ribeirão Preto que os investimentos se destacaram, por conta da tradição no cultivo da cana, da tecnologia disponível<sup>11</sup> e da expansão de área para a produção, o que fez a região suplantar a região de Campinas no topo do ranking de maior produtora do Brasil<sup>12</sup> (ELIAS, 2003), como se observa abaixo, na Tabela 1.

---

<sup>10</sup>"O processo de modernização da agricultura modificou radicalmente o perfil do setor industrial, com a expansão da agroindústria a se caracterizar como um dos elementos centrais desse processo, dada a crescente interdependência da agricultura regional com vários segmentos industriais que compram seus produtos, assim como lhe vendem insumos. Muitos embora a presença dos setores industriais de transformação de produtos agrícolas seja bastante antiga na região em estudo, é somente a partir de meados da década de 1960 e de forma intensa na década de 1970 que ocorre maior desenvolvimento do setor." (ELIAS, 2003, p. 132).

<sup>11</sup>"Em São Paulo, dado que a terra não vem sendo trabalhada em extensão, mas com emprego de tecnologia moderna o resultado é uma lavoura de cana-de-açúcar de padrões capitalistas com índices de produtividade mais elevados". (QUEDA, 1972, p. 171).

<sup>12</sup>"Independentemente do tipo de análise que se queira realizar, temos que considerar o Proálcool como um marco referencial para o processo que se desenvolve na região de Ribeirão Preto nestes últimos vinte e cinco anos, quando as instâncias de cooperação (circulação, distribuição, consumo, entre outros) do processo produtivo passam a primar sobre as instâncias técnicas (a produção propriamente) na formação da mais-valia no setor canavieiro." (ELIAS, 2003, p. 147).

**Tabela 1** – Participação das regiões de Campinas e Ribeirão Preto na produção de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo (em %).

Ano	REGIÃO ADMINISTRATIVA	
	Campinas	Ribeirão Preto
1950	52,5	32,5
1960	44,0	30,5
1970	37,5	33,5
1975	31,0	36,5
1980	25,5	41,0

**Fonte:** Próprio autor, a partir de dados de ELIAS, 2003.

O PROÁLCOOL fomentou a grande expansão da agroindústria da cana na região, fortalecendo a posição de principal responsável pelo crescimento econômico, desigual e concentrador de renda, em torno da qual se organizaram a vida socioeconômica e política dos municípios da região<sup>13</sup>.

Analisando a expansão da área de cultivo da cana-de-açúcar, a partir dos municípios constituintes da Região Administrativa de Ribeirão Preto, verifica-se que a área agricultável apresenta-se saturada devido à expansão ocorrida na década de 1990. Ainda assim, observa-se que a área ocupada por cana apresentou, na década de 2000, variação de ocupação menor, porém contínua, conforme se observa abaixo, na tabela 2.

Em suma, a região se especializou na produção de cana e de laranja e pouco espaço sobrou para o cultivo de alimentos, tornando os municípios em grandes monocultores e compradores de alimentos de outras regiões. No caso de Pradópolis, a situação é mais emblemática, pois ele foi marcado pela monocultura antes de seu surgimento, tendo sua história diretamente ligada à história do café nos primeiros anos de sua existência e da cana a partir da segunda metade dos anos 1930, como se verá com mais detalhes abaixo.

---

<sup>13</sup>"(...) na região de Ribeirão Preto, se por um lado o Proálcool fomentou o crescimento econômico, por outro, contribuiu para acentuar as desigualdades sociais, já que esse crescimento seguiu unicamente a lógica da obtenção e acumulação de lucros. (...), o Proálcool abriu definitivamente as portas para a consolidação das relações de produção capitalistas na agricultura de Ribeirão Preto" (SCOPINHO, 1995, p. 32).

**Tabela 2** – Evolução da Área para corte e da produção de cana-de-açúcar na Região Administrativa de Ribeirão Preto.

Ano	Área para corte (em ha)	Produção (em t)
2000	387.053,00	28.410.398,00
2001	381.745,00	28.622.800,00
2002	384.645,00	30.136.950,00
2003	384.758,00	30.457.260,00
2004	388.308,00	30.555.260,00
2005	397.028,00	31.188.860,00
2006	400.838,00	31.677.710,00
2007	414.728,00	33.321.475,00
2008	447.214,60	36.907.655,50
2009	479.171,30	41.401.374,50
2010	477.948,50	40.531.435,00

**Fonte:** Próprio autor a partir de dados do Instituto de Econômica Aplicada – IEA, 2013.

### **Pradópolis e a Usina São Martinho**

Os grandes expoentes do primeiro período de Pradópolis, o da cafeicultura, foram os membros da família Prado, especialmente Martinico Prado, responsável pelo início da organização do aglomerado urbano que culminaria com a formação do município batizado em homenagem à sua família; e os mentores do segundo momento foram os membros da família Ometto, responsáveis pela transformação da usina São Martinho numa das maiores processadoras de cana de açúcar do mundo.

Os Prado adquiriram às terras onde hoje se localiza o município de Pradópolis em 1889, quando em sociedade com seu pai Martinho Prado e seu irmão Antônio, Martinico arrematam a fazenda São Martinho, uma enormidade de terra com 14.000 alqueires, com 3.400.000 pés de café plantados (LEVI, 1977).

Martinico também foi um dos responsáveis por viabilizar a imigração italiana (fundamental para obter braços capazes de substituir a força de trabalho escrava) para o trabalho nas fazendas de café da região de Ribeirão Preto, através de sua empresa chamada Sociedade Promotora de Migração (LEVI, 1977).

Os destinos das famílias Prado e Ometto se cruzam pela primeira vez ainda no século XIX, em 22 de agosto de 1887, quando Antônio Ometto, sua esposa Caterina e seus filhos Constante e Carolina partem para o Brasil pelas mãos da empresa de migração de Martinico, aportando no Rio de Janeiro em 17 de

setembro de 1887. No ano de 1889, na fase de intensificação da imigração italiana, chega ao Brasil Girolano Ometto juntamente com sua numerosa família (TAFNER JR., SILVA, 2012).

Note-se que os Ometto são um dos exemplos mais acabados da importância do regime de colonato para a acumulação de recursos que permitiria que as famílias dos colonos pudessem ter outras formas de renda advinda da exploração de suas porções de terra para pastagem e plantio, garantindo acesso de seus membros à alimentação e a venda do excedente não consumido (RAMOS, 1999).

As economias da família Ometto permitiram que seus membros fossem comprando terras e que, entre meados dos anos 1930 até o final da Segunda Guerra Mundial, iniciassem a montagem de usinas e destilarias de pequeno porte. Em 1935 eles obtém uma fazenda em Araras (interior de São Paulo) e a fazenda Costa Pinto em Piracicaba; em 1937 incorporam a fazenda Iracema em Iracemápolis; e em 1943 uma fazenda no município de Barra Bonita e uma em Américo Brasiliense (RAMOS, 1999).

Em relação aos Prado, a crise de 1929 afetou decisivamente seus negócios, culminando com a crise do café no início dos anos 1930, o que obrigou a família a substituir a grande lavoura de café por cana de açúcar. Finalmente, em 1948, a usina São Martinho foi montada com equipamentos de segunda mão. Nesse mesmo ano os destinos das duas famílias se cruzam novamente, desta feita quando a emblemática fazenda foi vendida à família Ometto, transformando definitivamente a história da São Martinho, que deixou de ser a segunda maior fazenda produtora de café do país para se transformar, com o passar do tempo, numa das maiores usinas processadoras de cana-de-açúcar do mundo. Atualmente a usina São Martinho é responsável por uma moagem aproximada de 8,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra. Possui elevado índice de mecanização, segundo a própria empresa, que se apresenta como um grande diferencial competitivo (GRUPO SÃO MARTINHO, 2013).

É dentro desse gigantismo que o município de Pradópolis se desenvolve, sendo um dos muitos lugares onde a cana de açúcar domina a paisagem rural, o que faz com que a cidade gire em torno dos interesses da usina. Ele possui atualmente área total de 167,383 metros quadrados, com população de 17.857 pessoas e a sua lavoura canavieira domina o seu espaço rural, constituindo-se como a principal (e quase única) cultura em termos de produção e de ocupação de área, como se observa abaixo, nas Tabelas 3 e 4.

Em termos proporcionais a área ocupada para a produção de alimentos é ínfima, beirando a inexpressividade, se comparada à área de produção de cana.

Essa constatação fica ainda mais impressionante ao somar-se à área ocupada por cana, aquela ocupada por braquiária e eucalipto, que em conjunto representam 16.060,20 hectares de um total de 16.568,10 hectares de área total cultivada. Resta pouco para o cultivo de alimentos (ver Tabela 4, abaixo).

**Tabela 3** – Ocupação do solo rural em Pradópolis, por tipo de cultura, em 2007/2008.

<b>TIPO DE OCUPAÇÃO</b>	<b>ÁREA OCUPADA (em ha)</b>
Cultura Perene	38,40
Cultura Temporária	14.968,20
Pastagens	864,70
Reflorestamento	554,60
Vegetação Natural	2.715,10
Vegetação de brejos e várzeas	212,30
Área de descanso	208,10
Área complementar	1.079,00
<b>Total</b>	<b>20.640,40</b>

**Fonte:** Próprio autor, a partir de dados CATI, 2013.

**Tabela 4** – Área cultivada no município de Pradópolis, por lavouras, no período 2007/2008.

CULTURA	ÁREA OCUPADA (em ha)
Cana-de-açúcar	14.657,70
Braquiária	857,90
Eucalipto	554,60
Milho	288,80
Mandioca	81,00
Feijão-de-corda	20,40
Arroz	10,90
Laranja	10,50
Maracujá	10,30
Mucuná	9,80
Café	9,70
Feijão	8,50
Feijão-de-lima	8,50
Outras culturas temporárias	7,20
Limão	7,00
Manga	6,00
Capim-napier	5,80
Feijão-vagem	2,00
Jiló	1,80
Banana	1,50
Goiaba	1,10
Abacate	1,00
Alface	1,00
Melancia	1,00
Gramas	1,00
Feijão-azuki	1,00
Pomar doméstico	0,90
Caju	0,70
Pepino	0,50
<b>Total</b>	<b>16.568,10</b>

**Fonte:** Próprio autor, a partir de dados da CATI 2013.

## **Segurança alimentar e a produção local de alimentos**

Nos últimos vinte anos as discussões sobre o direito a alimentação passou a ser pauta frequente nas rodadas mundiais sobre direitos humanos. Foi na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, ocorrida em Viena no ano de 1993, que esse direito se igualou aos demais direitos humanos pactuados na Carta de 1948. Esse fato demonstra um avanço em relação ao modo como os países capitalistas passaram a encarar a alimentação do homem, assumindo o compromisso de redução global da fome, colocando o Estado na condição de ator principal na garantia do bem-estar alimentar da população de seu país (BELIK, 2003).

Essa nova diretriz vem ao encontro do conceito de Segurança Alimentar, surgido no pós Segunda Guerra Mundial, quando a Europa, em sua grande parte devastada pelo conflito, não apresentava condições de produzir alimentos para suprir as necessidades de sua população.

Esse conceito é multidimensional, envolvendo toda a cadeia alimentar e engloba três aspectos principais: (1) produção de alimentos em quantidade suficiente para suprir as necessidades da população; (2) produção de alimentos de qualidade que garantam níveis desejáveis de nutrientes e boas condições sanitárias de consumo; e (3) produção que garanta a regularidade no acesso aos alimentos produzidos (BELIK, 2003); (CORRÊA, 2007); (GUBERT et al, 2010).

Belik (2003) destaca a ideia de acesso como a garantia de que a população alcance esses alimentos, suprimindo suas necessidades do ponto de vista da qualidade e da quantidade, diferentemente da ideia de disponibilidade de alimentos que está ligada a possibilidade de obtenção, dependendo da capacidade de renda da população, ou de outros fatores como, a necessidade de vencer obstáculos como conflitos internos, monopólios privados de distribuição ou mesmo desvios.

É fundamental a ideia de que o acesso a uma alimentação adequada do ponto de vista da quantidade e da qualidade não é um problema circunscrito ao indivíduo, senão pelo contrário, esse é um assunto de interesse coletivo, demandando então a elaboração de políticas públicas capazes de assegurar a promoção e o acesso dos indivíduos aos alimentos, não deixando as pessoas expostas a uma relação mediada pelo mercado, exigindo, desse modo, que o Estado assuma a responsabilidade de preservar o acesso da população aos alimentos (MAFRA, NAVES, 2009).

Esse conceito vem sendo construído durante as últimas décadas, encartando novos termos e ideias, como a soberania alimentar e a sustentabilidade alimentar. A ideia de soberania surgiu em 1996 durante os trabalhos da Cúpula Mundial da Alimentação e está vinculado a autonomia alimentar dos países e com sua menor dependência de importações, assim como a menor exposição às flutuações de preços dos alimentos, atribuindo importância à cultura e aos hábitos alimentares de um país. Do lado da sustentabilidade, as facetas mais relevantes são a preservação do meio ambiente, a não utilização de agrotóxicos e a diminuição da produção extensiva por meio de monoculturas (BELIK, 2003).

Porém, ainda hoje um dos fatores mais impactantes na segurança alimentar das populações é o nível de renda, sendo que no Brasil o baixo nível de renda é responsável pela limitação no acesso aos alimentos (BELIK, 2003). Mesmo assim, apenas a questão do nível de renda não é suficiente para explicar a

insegurança alimentar, pois podem existir famílias com renda que as colocam acima da linha de pobreza que podem estar em situação de insegurança alimentar, graças a outras condições<sup>14</sup> que impedem ou dificultam o acesso ao alimento. (GUBERT et al, 2010).

Dentre essas outras condições se encontra a produção, a forma como se produzem os alimentos e também outras condições correlatas, como a comercialização. Todas elas influenciam diretamente no acesso da população aos alimentos, principalmente porque impactam no preço.

Abramovay (2008) destaca que a questão dos preços dos alimentos é preocupante e vem se agravando com o decorrer dos anos. O autor cita dados do Banco Mundial que afirmam que até o ano de 2030 a oferta de produtos agrícolas terá que subir 50% e de carnes 85% em relação ao que é produzido atualmente. Ainda citando o *International Food Policy Research Institut – IFPRI* – afirma o autor que um terço da elevação de preços dos alimentos em 2008 pode ser atribuído a utilização da maior parte da produção estadunidense de milho para a obtenção de etanol.

Por isso, a produção local de alimentos entra como uma das componentes de avaliação sobre o acesso da população que vive nos municípios, considerando-se que, ao menos em tese, a produção local influenciaria nos preços praticados no município.

Devido a questões como essa, que reduzem o acesso da população aos alimentos, é imperativo que o Estado, nas esferas de governo federal, estadual e municipal, assuma posição clara no sentido de preservar o direito a esse acesso, através de políticas públicas efetivas. Dessa maneira, governos municipais assumem papel relevante, tendo em vista que esse nível de governo está mais próximo da população e administra conflitos dessa natureza mais diretamente.

Mafr e Naves (2009), citando Renato Maluf, apontam cinco diretrizes que devem ser seguidas por governos municipais na formulação de políticas de segurança alimentar: (1) promover a produção local de alimentos, orientando para canais de comercialização que favoreçam o equilíbrio social; (2) ampliar o

---

<sup>14</sup>"(...) sob pressão da expansão de monoculturas, com grande concentração de terras e crescente aumento dos preços da terra, parece que a fragilidade dos pequenos produtores (Neuburger, 2000) não é considerada, tampouco a garantia de alimentos e a fragilidade dos ecossistemas com contaminações excessivas do meio ambiente. É comprovado que a homogeneização da paisagem agrária leva ao esvaziamento do espaço rural e fortifica a migração dos excluídos ao circuito da pobreza urbana" (KOHLHEPP, 2010, p. 247).

acesso aos alimentos de qualidade, regulando as condições pelas quais esses alimentos são disponibilizados à população; (3) difundir a educação alimentar, ao mesmo tempo em que estimulam os indivíduos a se organizarem na defesa de seus direitos; (4) desenvolver programas específicos, voltados a populações em risco, observando-se a necessidade de garantir a qualidade dentro desses programas; (5) estimular a participação democrática da população na formulação e na implementação dos programas municipais, além de incentivar e apoiar as iniciativas não governamentais.

Dessa forma, acreditam os autores que o município pode estimular o aumento de oferta, fomentando a concorrência entre fornecedores, diminuindo os preços e aumentando a qualidade dos alimentos ofertados. Uma das formas utilizadas para isso é a abertura de espaços de comercialização, mantidos pelo governo local, em que o produtor consegue vender diretamente aos consumidores, ao mesmo tempo garantindo mercado de venda e se livrando de possíveis atravessadores. Em contrapartida a permissão para a utilização dos locais de venda, os produtores tem que se comprometer a praticar preços menores do que aqueles encontrados no mercado local, permitindo que a população acesse alimentos a preços razoáveis (MAFRA; NAVES, 2009).

Ao mesmo tempo, àquelas pessoas que não conseguem comprar os alimentos nesses equipamentos públicos de comercialização, é necessário que o poder público municipal garanta que o fato de não possuir dinheiro suficiente para comprar alimentos seja um empecilho ao acesso de pessoas à alimentação. Assim, é imperativa a elaboração de políticas públicas de incentivo a produção para o autoconsumo ou de fornecimento de alimentos a grupos específicos que não tenham alternativa de se alimentar (MAFRA; NAVES, 2009).

Esse preocupante quadro ganha contornos mais dramáticos em municípios onde se verifica profunda especialização na produção agrícola, adotando-se a monocultura como forma de garantir o funcionamento de grandes agroindústrias, como é o caso da agroindústria canavieira.

Em municípios onde se encontram instaladas grandes usinas de açúcar e álcool opta-se pela monocultura de cana de açúcar para alimentar sua produção, gerando como resultado a expulsão do campo dos pequenos produtores (e quando não expulsa, integra essa pequena produção à agroindústria) e o aumento do desemprego no meio rural, na medida em que altera o padrão tecnológico de produção, o que impacta negativamente nas atividades econômicas urbanas, constituindo-se numa ameaça à soberania alimentar local, uma vez que: (1) ao provocar desemprego e concentração de renda, aumenta o número de pobres e

diminui o acesso da população local aos alimentos; e (2) ao concentrar a ocupação de área com a monocultura, diminui a produção de alimentos, fazendo com que os preços locais aumentem (SMRECSÁNYI, 2007).

De uma maneira geral, a expansão da lavoura de cana no Brasil tem provocado uma mudança no tipo de produção agropecuária, influenciando na oferta de alimentos. Essa situação gera a diminuição de sua produção no local onde a cana-de-açúcar se instala como monocultura, aumentando a necessidade de compra de alimentos de outras localidades para o abastecimento da população que reside no município que se especializa no cultivo de cana (ROVERE et al, 2011).

Em regra, municípios (em especial os de pequeno porte) que abrigam em seu território grandes agroindústrias têm sua estrutura econômica ligada diretamente às atividades dessas empresas. Em maior ou menor grau, a influência econômica e política desses complexos afetam diretamente a forma como essas localidades organizam suas relações socioeconômicas.

Para minorar os efeitos dessa situação, procurando melhorar os níveis de segurança alimentar local, cabe ao poder municipal desenvolver meios para, conforme Sachs (2004): (1) identificar as oportunidades de emprego e autoemprego nos sistemas agropecuários familiares que combinem a policultura com outras atividades de produção que respeitem as vocações locais, como as agroflorestais, pecuária e aquicultura; (2) promover a organização dos pequenos produtores em cooperativas e associações – de produção e de comercialização – ao mesmo tempo em que se incentive a instalação de pequenas agroindústrias; (3) promover a criação de empregos e autoempregos ligados a valorização do meio ambiente, como o tratamento e reutilização dos resíduos agrícolas, a gestão dos solos, a gestão das águas, ao trabalho de recuperação e conservação de áreas de preservação permanente e reserva legal; (4) promover a geração de empregos ligados ao processo de transformação da biomassa, como alimentos, ração animal, bioenergia, fertilizantes, materiais de construção, fibras, celulose, óleos, resinas, fármacos e cosméticos.

Para que isso seja viável, cabe ao poder público local mapear os espaços onde seja possível o desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas coordenadas, buscando oportunizar a diversificação da produção agrícola, através da produção de alimentos em quantidade e qualidade adequadas.

### **Projeto de Assentamento: uma alternativa?**

Uma forma de diminuir o impacto negativo da monocultura canavieira é promover a reorganização do sistema de produção e os canais de

comercialização do município, aproveitando os espaços (mesmo que pequenos) que a cana não ocupou, fomentando a diversidade e, conjuntamente, a adoção de formas de produção que levem em consideração a sustentabilidade ambiental no longo prazo.

Mais precisamente, esse impacto negativo seria reduzido em dois aspectos principais: (1) ao introduzir a diversificação da produção agrícola tem-se a inclusão dos pequenos produtores no mercado local e microrregional, não integrado diretamente à usina, abrindo-se a possibilidade de uma nova fonte geradora de renda para a população pobre do município; (2) com a diversificação em bases que levem em consideração aspectos ecologicamente sustentáveis, os efeitos nocivos da monocultura seriam diminuídos a ponto de permitir, ao menos parcialmente, uma recuperação do equilíbrio ambiental local. (RAMOS FILHO et al, 2007).

Em regra, modificar uma realidade local através do desenvolvimento econômico endógeno não é uma tarefa simples e envolve grande esforço coletivo no sentido da construção de um novo paradigma (VARELA; MATSUMOTO, 2012). Esse fato se torna ainda mais visível quando a arena na qual se desenrola o jogo de poder conta com a participação de um ator do porte de uma grande corporação nacional, com grandes influências econômicas e políticas, além de uma ligação histórica com o surgimento do município, como acontece com Pradópolis em relação à usina São Martinho.

Mesmo assim, observa-se que em Pradópolis foi realizado um esforço para explorar as alternativas a monocultura canavieira através da elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – PMDRS. Esse Plano, de iniciativa do governo do estado, contém um pormenorizado diagnóstico da produção agrícola do município, apontando alternativas e potencialidades de atividades agrícolas que devem ser fomentadas para que o município se desenvolva com maior equilíbrio socioeconômico.

Note-se que o Plano não propõe mudanças substanciais no modelo produtivo avaliado, apenas aponta alternativas para a construção de propostas que promovam um melhor aproveitamento dos espaços no sentido de construir atividades econômicas que observem o atendimento às questões sociais e ambientais da localidade.

O PMDRS de Pradópolis foi construído com base nas informações do meio rural oriundas do Plano da Microbacia Hidrográfica do Córrego Guarani. Contou com a participação da sociedade civil, representada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, membros de Cooperativas, Associações, Sindicatos,

Prefeitura Municipal, coordenado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI<sup>15</sup>.

O objetivo central do Plano<sup>16</sup> é o de avaliar a situação do município, identificando os pontos fracos de desenvolvimento, propondo ações locais para viabilizar as etapas de produção e comercialização de produtos agrícolas, em especial de alimentos, e de estipular meios para o enfrentamento de dificuldades de acesso às tecnologias de produção; de acesso ao mercado; e de estruturação do meio rural.

O PMDRS dividiu os produtores rurais do município em dois grupos, que denominou de (1) grupo do Assentamento Guarani; e (2) grupo de fora do Assentamento, destacando a importância do Projeto de Assentamento, graças ao tamanho de sua área e ao número de famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

O grupo fora do Assentamento corresponde a 30,5% do total de propriedades do município, sendo que, excluídas aquelas destinadas ao laser, a quase totalidade dessas áreas é utilizada para a produção de cana-de-açúcar para a usina, sendo que a cana apenas deixa de tomar essas áreas quando do período de reforma dos canaviais, momento em que é plantada a lavoura de amendoim, tocada por outros arrendatários que exportam grande parte de sua produção por via da Cooperativa dos Plantadores de Cana da Zona de Guariba – Coplanar.

Esses proprietários não se encaixam no perfil de produtores familiares e são responsáveis por áreas que são arrendadas para a usina São Martinho produzir cana; suas terras não possuem sede; e são, em parte, pequenos empresários de outro ramo da economia. (CATI, 2009).

---

<sup>15</sup>"Este plano tem como finalidade identificar pontos de estrangulamento que dificultam e inviabilizam as etapas de produção e comercialização dos produtos agrícolas do município, como a falta de recursos financeiros e estruturais, a dificuldade de acesso aos padrões técnicos de produção e as dificuldades de acesso ao mercado, além de propor projetos de estruturação básica do meio rural e de acesso ao mercado para a solução dos problemas." (CATI, 2009, p. 1).

<sup>16</sup>"(...), o primeiro passo para a constituição de políticas de desenvolvimento municipal é a realização de um diagnóstico que permita ao poder público local planejar ações em seu território e, posteriormente, construir ações microrregionais em conjunto com os municípios vizinhos. O fato de Pradópolis se caracterizar como um município tradicionalmente ligado às atividades econômicas rurais, faz do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – PMDRS – um instrumento concreto que o poder público local deve lançar mão para auxiliar nas políticas de desenvolvimento local. (CARVALHO; GALLO, 2012, p. 16).

Para o grupo do Assentamento, o Plano identificou que no ano de 2008 foi realizado um Levantamento Conjuntural Socioeconômico pela CATI, que avaliou em detalhes o Projeto de Assentamento Guarani, constatando que os assentados têm que prestar serviços fora de seu lote para garantir a complementação da renda familiar; que a falta de renda é um problema presente no Assentamento; que no que tange à produção há falta de infra-estrutura e padronização; e no que diz respeito à comercialização, os assentados não têm acesso ao mercado consumidor municipal e nem regional.

Constata no Plano que parte substancial dos assentados produz cana-de-açúcar para a usina São Martinho, sendo que 78 famílias estão organizadas em uma Associação que o PMDRS trata como uma "(...) é uma associação de fornecedores de cana da usina que conta com 78 associados, todos os membros são assentados que produzem cana-de-açúcar em metade dos seus lotes" (CATI, 2009, p. 9).

Grosso modo, o PMDRS destaca a importância do Assentamento como potencial ator responsável pela diversificação da produção agrícola, principalmente de alimentos. Nesse sentido, destaca a necessidade da participação dos entes federativos, União, Estado e Município na formulação e execução de políticas públicas voltadas ao estímulo e garantias de produção e criação de canais de comercialização que possibilitem a sustentabilidade econômica e ambiental da produção de alimentos do Assentamento.

O provável resultado dessas políticas seria a dinamização da produção de alimentos no Assentamento, aproveitando-se as vias de comercialização no município – como feiras e vendas diretas aos pontos de venda locais – assim como a viabilização para que os produtores aderissem aos programas de compras institucionais de alimentos mantidos pelo governo federal (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE) e pelo governo estadual (Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social – PPAIS) (GRIGOLETTO, 2013).

De fato, ressaltando-se aquilo que o PMDRS abordou, em o poder local se convencendo de que o Assentamento é um local com potencialidades capazes de, ao mesmo tempo, incluir economicamente as famílias assentadas (na medida em que abre a possibilidade de gerar renda através da produção de alimentos); melhorar a oferta de alimentos à população local (através da produção local, barateando o custo e facilitando o acesso dos municípios aos alimentos); e diversificar a produção agrícola (contribuindo para melhorar o equilíbrio ambiental prejudicado pela monocultura canavieira); agir em consonância do que há de

mais apropriado aos conceitos de segurança e sustentabilidade alimentar<sup>17</sup>.

### **Considerações finais**

Em municípios de pequeno porte, como Pradópolis-SP, onde se encontram instaladas grandes usinas de açúcar e álcool, a monocultura canavieira domina o espaço rural, instituindo a grande lavoura da cana de açúcar, impossibilitando a produção de alimentos, transformando-os em importadores de alimentos e, dessa forma, impingindo aos seus munícipes uma situação de insegurança e insustentabilidade alimentar.

Situações como essa apenas podem ser controladas, tendo seus efeitos negativos minorados, a partir da conjugação de esforços dos três entes federativos (União, Estado e Município) para a consecução de políticas públicas com capacidade de fomentar alternativas de produção e comercialização de produtos agrícolas destinados à alimentação dos habitantes das cidades.

Mesmo assim, dadas as características estruturais do setor sucroalcooleiro, a reversão dessa situação, ou mesmo a diminuição de seus efeitos, é algo muito difícil de ser alcançado, uma vez que os grandes capitais responsáveis pelas usinas lutam pela manutenção do estado de coisas que beneficiam seus negócios. Trata-se de uma questão política importante e é neste campo que ela deve ser tratada.

Muito já se falou e se escreveu sobre o zoneamento agrícola como um instrumento para garantir a produção de alimentos próxima aos assentamentos humanos, através da reserva de áreas agricultáveis para tal finalidade, por exemplo. Hoje, fazer um zoneamento agrícola é algo que passa bem longe das preocupações dos gestores públicos nos três níveis da administração pública (local, estadual e nacional).

Em certo sentido isso explica porque os projetos de assentamento de reforma agrária em grande número, e aquele encontrado em Pradópolis em particular, são tidos apenas como possibilidades de criação de alternativas às atividades econômicas, às atividades das usinas e também de outras empresas de grande porte do agronegócio, não assumindo de fato aquele que deveria ser o seu principal

---

<sup>17</sup>"O que está se colocando é a possibilidade das prefeituras ativarem ou desbloquearem os potenciais que se encontram ociosos nos assentamentos, independentemente do que define esta situação. Esse desbloqueio ou ativação resultaria em ganhos tanto para os assentamentos quanto para o fortalecimento do desenvolvimento local, possivelmente mais sustentável, das regiões que abrigam esses projetos." (GRIGOLETTO, 2013, p. 67)

papel: fornecer de alimentos em quantidade e qualidade adequadas a preços acessíveis para a população do meio urbano, em suma, garantir a segurança alimentar.

Muito embora haja instrumentos de políticas públicas já experimentados para viabilizar a produção de alimentos nos assentamentos, essas só ocorrerão de fato quando o poder público, em especial o municipal, se convencer de que a produção de alimentos nesses espaços não prejudicará o desenrolar dos negócios da agroindústria canavieira e que, também, melhorará a qualidade de vida da população, garantindo alimentos aos habitantes da cidade e renda aos moradores do campo.

## Referências

ABRAMOVAY, R. Integrar sociedade e natureza na luta contra a fome no século XXI. **Caderno de saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, p. 2704-2709, nov. de 2008.

BELIK, W. Perspectiva para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12 -20, jan-jun 2003.

BYE, P.; MEUNIER, A; MUCHNIK, J. As inovações açucareiras: permanência e diversidade de paradigmas. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília: v. n. 10, 1/3, p. 35-52, 1993.

CARVALHO, G. C. **A agroindústria canavieira em municípios de pequeno porte: o caso de Pradópolis-SP**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara – UNIARA. Araraquara/SP, 2013.

CARVALHO, G. C.; GALLO, Z. Dependência econômica de pequenos municípios: há alternativas em relação à agroindústria canavieira em Pradópolis-SP? **Revista Temas de Administração Pública**. Araraquara-SP, n. 7, v. 2, 2012. Disponível em: <<http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/AdministracaoPublica/RevistaTemasdeAdministracaoPublica/guilhermecyrino.pdf>>. Acesso: abril de 2014.

CARVALHO, H. M. de. Impactos econômicos, sociais e ambientais devido à expansão da oferta de etanol no Brasil. **Revista da Associação Brasileira**

**de Reforma Agrária.** São Paulo, n. 34, v. 2, p. 155-177, julho-dezembro de 2007.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL – CATI.  
**Banco de dados.** <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosestado.php>.  
Acesso: junho de 2013.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL – CATI.  
**Plano Municipal de Desenvolvimento Regional Sustentável – PMDRS.** Governo do Estado de São Paulo, 2009. [http://www.cati.sp.gov.br/new/cmdr\\_plano.php?cod\\_mun=410](http://www.cati.sp.gov.br/new/cmdr_plano.php?cod_mun=410).

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. **Território: globalização e fragmentação.** Hucitec: São Paulo, 2007.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto-SP.** Edusp: São Paulo, 2003.

GRIGOLETTO, F. **Assentamentos rurais e desenvolvimento local sustentável: um estudo de casos múltiplos.** 2013. 132 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara, UNIARA, 2013.

GRUPO SÃO MARTINHO. **Sítio institucional do Grupo São Martinho.** Disponível em: <[www.saomartinho.com.br](http://www.saomartinho.com.br)>. Acesso em 16 de junho de 2013.

GUBERT, M. B.; BENÍCIO, M. H. D'Aquino; SANTOS, L. M. P. dos. Estimativas de insegurança alimentar grave nos municípios brasileiros. **Cadernos de Saúde Pública.** Rio de Janeiro, v.26, n.8, p.1595-1605, agosto de 2010.

Instituto de Economia Agrícola – IEA. **Banco de dados.** Disponível em:

www.ciagri.iaea.sp.gov.br/nia1/subjetiva.aspx?cod\_sis=1&idioma=1. Acesso: junho/2013.

JULIO, J. E.; PEREIRA, L. B.; PETTI, R. **Dinâmicas regionais e questão agrária no estado de São Paulo**. Segunda Edição. São Paulo: INCRA, 2006.

KOHLHEPP, G. Análise da situação da produção de etanol e biodiesel no Brasil. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 24, n. 68, 223-253, 2010.

MAFRA, L. A. S.; NAVES, F. L. Gestão de políticas sociais: a importância das articulações institucionais e setoriais em programas de segurança alimentar e nutricional. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, v. 7, n.,1, março de 2009.

LEVI, D. E. **A Família Prado**. Cultura 70: São Paulo, 1977.

QUEDA, O. **A Intervenção do Estado e a Agroindústria Açucareira Paulista**. 1972. Tese (Doutorado em Economia e Sociologia Rural). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 1972.

QUEDA, O.; SZMRECSÁNYI, T. **Usinas açucareiras de Piracicaba, Villa-Raffard, Porto-Feliz, Lorena e Cupim**: missão de inspeção do Senhor J. Picard, Engenheiro, de 1 de março a 15 de julho de 1903. São Paulo: Hucitec, 1996.

RAMOS FILHO, L. O.; SZMRECSÁNYI, T.; PELLEGRINI, J. B. R. Biodiversidade e reforma agrária: uma experiência agroecológica na região canvieira de Ribeirão Preto, Brasil. INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATINAMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 27, 2007, Montréal. Montréal: Latin American Studies Association. In: **Anais...**, LASA, 2007.

RAMOS, P. **Agroindústria canvieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999.

ROVERE, E. L. La; OBERMAIER, M.; WILLS, W. **Perspectivas dos investimentos sociais no Brasil**: Estudo 55. 2011. Disponível em:

<web.face.ufmg.br/cedeplar/site/pesquisas/pis/Estudo%2055.pdf>. Acesso: abril de 2014.

SAID, E. W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, W. G. dos. **Horizonte do Desejo**: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social. Segunda Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCOPINHO, R. A. A região de Ribeirão Preto e a agroindústria sucroalcooleira. In: SCOPINHO, R. A.; VALARELLI, L. **Modernização e impactos sociais**: o caso da agricultura sucroalcooleira na região de Ribeirão Preto. Rio de Janeiro: FASE, 1995.

SZMRECSÁNYI, T. Expansão do Agronegócio e ameaças à soberania alimentar: o problema dos biocombustíveis. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, v. n. 34, 2, p. 149-154, julho-dezembro de 2007.

TAFNER JÚNIOR, A. W.; SILVA, F. C. da. Expansão da fronteira agropecuária do oeste paulista para a Amazônia. **IV Conferência Internacional de História Econômica e VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica**. Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo, outubro de 2012. Disponível em <[http://cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Armando\\_Tafner%20&%20Fabio%20Carlos%20da%20Silva.pdf](http://cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Armando_Tafner%20&%20Fabio%20Carlos%20da%20Silva.pdf)>. Acesso: abril de 2014.

VARELA, C. A.; MATSUMOTO, C. Y. Política pública inovadora de geração de renda e desenvolvimento local: o caso da Câmara de animação econômica da subprefeitura do Itaim Paulista (CAE-IT), São Paulo, Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. n. 46, 4, julho-agosto de 2012.

WALKER, T.; BARBOSA, A. de S. **Dos coronéis à metrópole**: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX. Ribeirão Preto-SP: Palavra Mágica, 2000.